

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.640 - MG (2019/0318443-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : M N M (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARCELINO ACIPRESTE - MG115255  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por M. N. M. – preso preventivamente no contexto de aparente contumácia em delitos patrimoniais – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a medida pleiteada naquela instância, nos autos de n. 1.0000.19.112262-1/000 (e-STJ fl. 139):

*HABEAS CORPUS – ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – NEGATIVA DE AUTORIA – EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS – NÃO CABIMENTO. WRIT NÃO CONHECIDO. A tese de negativa de autoria é matéria que demanda aprofundado exame de provas, o que se mostra impróprio na via estreita do Habeas Corpus.*

*PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA E INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR – DECISÕES FUNDAMENTADAS – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INADEQUAÇÃO – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL – COMPATIBILIDADE – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão que converteu a prisão temporária do Paciente em custódia preventiva e as que indeferiram os pedidos de revogação da segregação cautelar encontram-se devidamente fundamentadas, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal e do art. 315, c/c os arts. 312 e 313, todos do Código de Processo Penal. 2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria dos delitos imputados ao Paciente aponta para a necessidade de manutenção da custódia cautelar, especialmente, para garantir a ordem pública, nos termos do*

*estatuído no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. A prisão preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que o delito de estelionato é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro (04) anos. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade dos crimes. 5. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe ao Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional. 6. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos.*

*VV. 1. É ilegal a prisão preventiva quando a decisão, que a decreta, não fundamenta os motivos da medida extrema com dados concretos dos autos, sem evidenciar faticamente a presença dos requisitos do art 312 do CPP. 2. Sendo desproporcional e ilegal a prisão preventiva do paciente, melhor se afigura a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou que as instâncias ordinárias não apontaram indícios válidos e suficientes quanto ao *fumus comissi delicti*, na medida em que os supostos indícios de autoria se resumiriam a conversas entre terceiros sobre a dificuldade de contactar o ora recorrente, ou ao *periculum libertatis*, por se tratar de réu primário, com residência fixa e profissão lícita, além de pai de três crianças.

No mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

O MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 280).

É o relatório. **Decido.**

Examinando conversas travadas entre coinvestigados, as instâncias ordinárias identificaram indícios de que o ora recorrente (M. N. M., ou M.) seria o responsável por fornecer "*cheques de procedência ilícita*" para associação especializada em delitos patrimoniais (e-STJ fls. 34/36 e 143):

*Apurou-se que os representados J. L. M. F., vulgo "J" e J. E. seriam articuladores e executores dos furtos e transporte dos animais, D. DE P. S, vulgo "T.", W., G. e R. E. B. seriam, em tese, os autores dos furtos. J. R. M. seria o dono do açougue "C. DE C.", em Ponte Nova/MG, que teria adquirido carne de gados furtados para revenda no estabelecimento do qual seria proprietário, conforme consta do relatório de ff. 184/90.*

*Ressaltou-se que durante os diálogos interceptados foi possível apurar que o denunciado A. B. M., vulgo "T", teria comprado, em tese, dos acusados R e J. E., os animais furtados da vítima J. A. DE S. N.*

*Ainda, apurou-se que os acusados A., R., J. E. e D., supostamente, realizaram negociações de compra e venda de gado com utilização de cheques que não possuem fundos, além de serem de origem desconhecida como pagamento, conforme relatório de ff. 199/202.*

***É imperioso destacar que o representado M. N. M., supostamente, forneceria cheques de procedência ilícita para uso pela associação criminosa nas negociações de gados, conforme pode-se extrair do seguinte diálogo em que D. liga para J. E. e pergunta se ele possui alguma "foinha" (cheque) que M. havia lhe passado e J. E. responde negativamente, mas pergunta se estava precisando, ocasião em que D. responde que precisava para comprar uns bezerros (áudio 590\_2019.06.17-14.58.37 - f. 211 - autos nº 0521.19.002057-3). Também, se verifica do áudio 576\_2019.06.17-14.52.52 - ff. 211/212, que o acusado D., vulgo "T.", conversa com um desconhecido e fala que ira entra em contato com o acusado M. e tentaria arrumar as "fuinha" com este.***

*Apurou-se que os investigados J. e J. E. seriam articuladores e executores, T., W., G. e R. seriam, em tese, os autores do furto, J. seria o dono de açougue e adquiria a carne furtada para revenda no estabelecimento do qual é proprietário. M. seria o fornecedor dos cheques fraudulentos para uso nos golpes da quadrilha.*

*(...) O risco para o processo (periculum) vem caracterizado pela própria imprescindibilidade para as investigações (art. 1º, I, da Lei n. 7.960/80), de forma a esclarecer os crimes, a autoria, bem como a participação dos investigados.*

*(...) Desse modo, no presente caso, a medida se faz imprescindível para as investigações do inquérito policial, diante da gravidade concreta dos fatos, visto que se trata, em tese, de organização criminosa, composta por integrantes envolvidos com furto de semovente, receptação e estelionato.”(doc. ordem 21, fls. 01/12).*

Dessa leitura, extraem-se indícios de que recorrente teria sido responsável por fornecer "*cheques de procedência ilícita*" para associação especializada em delitos patrimoniais. Ocorre que, à míngua de considerações sobre o conhecimento do recorrente sobre os variados delitos patrimoniais que se atribuem à associação criminosa, e especialmente diante da unilateralidade da informação obtida, não se pode considerar que existam indícios válidos e suficientes da coautoria. A rigor, as instâncias ordinárias sequer registraram o imprescindível dolo de se associar com estabilidade e permanência.

Embora se admita a prisão preventiva como instrumento para obstar a continuidade delitiva da associação, observa-se que a conduta atribuída ao recorrente é a de fornecer "*cheques de procedência ilícita*", que seriam utilizados por terceiros. Tal participação deve ser considerada de menor importância, máxime por se tratar de réu primário, conforme apontado de forma irretocável pelo relator do feito na instância de origem, cujo voto concedia a ordem (e-STJ fls. 145/146):

*Na hipótese dos autos, verifica-se que não foram apresentados elementos concretos e específicos do caso que indicassem que a liberdade do paciente colocaria em risco a ordem pública, o que torna a manutenção da sua prisão desproporcional. A presença de indícios de autoria e materialidade dos delitos, por si só, não são motivos suficientes para manter o paciente em cárcere.*

*Isso porque, apesar de haverem indicativos de que o paciente integraria a suposta organização criminosa, a própria denúncia, ao descrever o funcionamento do que se acredita ser uma*

*organização responsável por diversos delitos, dentre eles furto de gado, não atribui ao paciente uma função de gerência ou relevância concreta na estruturação operacional da mesma.*

*Em análise ao trecho da denúncia em que o paciente é mencionado, percebe-se que o mesmo não é tido como um dos líderes da organização: (...).*

*Nesse sentido, ao sopesar a necessidade de acautelamento preventivo, deve-se individualizar a situação de cada um dos acusados de envolvimento nos delitos denunciados, uma vez que nem todos praticaram as mesmas condutas, não possuem o mesmo poder de comando na “organização”, e muito menos as mesmas condições pessoais.*

*Levando-se em conta, exclusivamente a situação do paciente, tem-se que não há indicações de sua propensão delitiva, sobretudo em razão da sua primariedade e bons antecedentes, bem como não há informações suficientes para concluir ser o mesmo um dos “líderes”/“cabeças” do grupo, responsáveis pelo comando das atividades ilícitas.*

*Desse modo, não há, nos autos, evidências concretas de que, uma vez em liberdade, o paciente voltaria a delinquir, retomando as atividades da “organização” e colocando em risco a ordem pública.*

*O paciente, além de constitucionalmente inocente, é primário e não foi apontado qualquer fato concreto para sua custódia preventiva, não bastando a alegação de mera gravidade do delito e necessidade para manutenção da ordem pública, cujo conceito admite hipóteses ilimitadas.*

De fato, dos autos não se extraem elementos concretos a demonstrar a imprescindibilidade da privação antecipada da liberdade.

Ocorre que, na esteira de incontáveis precedentes desta Corte, a prisão cautelar é invariavelmente excepcional, subordinando-se à demonstração de sua criteriosa imprescindibilidade, à luz dos fatos concretos da causa, e não em relação à percepção do julgador a respeito da gravidade abstrata do tipo penal. Desse modo, o cometimento de um delito, por si só, não evidencia "periculosidade" exacerbada do agente ou "abalo da ordem pública", a demandar a sua segregação antes de qualquer condenação definitiva. Nessa linha de

entendimento:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

*2. A prisão preventiva do paciente foi decretada com base em fundamentos genéricos relacionados à gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas, sem a observância do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal. Não foram apontados elementos concretos a justificar a segregação provisória. Nem mesmo a quantidade do entorpecente apreendido - 6 (seis) pinos de cocaína - pode ser considerada relevante a ponto de autorizar o decreto preventivo.*

*3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do Juízo de primeiro grau. (HC 351.553/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 3/5/2016, DJe 10/5/2016).*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. DECISÃO GENÉRICA. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.*

*2. O Juiz de primeiro grau apontou genericamente a presença dos vetores contidos no art. 312 do CPP e decretou a prisão preventiva com base em expressões genéricas e lacônicas - tais como "tratando-se de crime equiparado à hediondo", "de alta*

*lesividade à ordem pública", "de repercussão negativa para a sociedade" -, que servem para todos os casos de prisão por tráfico de drogas e, portanto, para nenhum.*

*3. Ordem concedida para confirmar os efeitos da liminar e revogar a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. (HC 311.242/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 7/5/2015).*

**RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE O TRIBUNAL A QUO COMPLEMENTAR A MOTIVAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PARECER ACOLHIDO.**

*1. A decretação da prisão preventiva exige fundamentação idônea, contextualizada em dados concretos, individuais e identificáveis nos autos do processo, não servindo de motivação a mera referência ao caráter hediondo da conduta.*

*2. Não cabe ao Tribunal, ao confirmar em habeas corpus os argumentos da frágil decisão primeva, trazer nova fundamentação, não aventada pelo decisum que decretou a custódia cautelar.*

*3. No caso, tanto a decisão que decretou a prisão preventiva como a que a manteve em primeira instância são genéricas. Nelas, não há nenhuma referência ao acontecimento levado ao conhecimento da Justiça por meio do auto de prisão em flagrante, muito menos alusão às condições pessoais do agente, tampouco menção a eventual peculiaridade que pudesse revelar a periculosidade real do flagrado ou a gravidade concreta do delito.*

*4. Recurso em habeas corpus provido, a fim de revogar a prisão preventiva do ora recorrente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de que o Juízo a quo, de maneira fundamentada, examine se é caso de aplicar uma ou mais medidas cautelares implementadas pela Lei n. 12.403/2011, ressalvada, inclusive, a possibilidade de decretação de nova prisão, caso demonstrada sua necessidade. (RHC 67.597/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 3/3/2016, DJe 14/3/2016).*

Em suma: examina-se nestes autos o possível cometimento de

# *Superior Tribunal de Justiça*

crimes graves, mas a negativa do direito de responder à ação penal em liberdade se mostra ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea quanto ao *fumus comissi delicti* e ao *periculum libertatis*, especialmente porque, conforme consignado no próprio ato apontado como coator, o réu ostenta condições pessoais amplamente favoráveis.

Ante o exposto, na esteira do voto que ficara vencido na instância de origem, **dou provimento** ao recurso para relaxar a prisão preventiva, sob a imposição das medidas cautelares diversas da prisão que o Juízo de primeiro grau considerar imprescindíveis.

Comunique-se, **com urgência**.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator